

GT25: Atos de Estado, conflitos e resistências quilombolas em tempos extremos

Raquel Mombelli, Osvaldo Martins de Oliveira

O comitê quilombos da aba propõe reunir pesquisas realizadas em diversas regiões do país que reflitam sobre "atos de estado" e a intensificação de conflitos territoriais, acirrados pelo avanço dos chamados megaempreendimentos (mineração, agronegócio, imobiliário, infraestrutura, entre outros) nos territórios quilombolas ocorridos sobretudo durante o contexto de pandemia da covid-19. busca-se analisar os retrocessos e as ameaças eminentes em face aos processos de flexibilização da legislação ambiental, desmonte das instituições e paralisação dos processos de regularização fundiária das terras quilombolas pelo estado brasileiro, bem como avaliar os impactos causados pelas ações promovidas por agentes antagonistas aos direitos quilombolas e à desconstrução dos direitos. as formas de resistência, mobilização e organização política em torno da defesa dos territórios, os registros das memórias dos guardiões e das formas de transmissão dos saberes e da cultura quilombola, diante do descaso e abandono dos poderes públicos, serão também temas de interesse neste espaço.

Regularização fundiária, reforma agrária e conflito: compreensões sobre os atos e procedimentos de Estado nas margens do rio São Francisco

Autoria: Fernando Soares Gomes, Roberta Brangioni Fontes

O objetivo deste trabalho é analisar as práticas e os relatos por meio dos quais os habitantes da Comunidade Vazanteira e Pesqueira da Venda e do Acampamento Terra Prometida II manifestam suas compreensões sobre os atos e procedimentos de Estado que incidem sobre essas comunidades no contexto do atual conflito agrário que enfrentam. Em termos metodológicos, utilizamos a observação participante e a história oral, a partir de dois trabalhos de campo iniciais. Recorremos também à análise documental de processos judiciais e à revisão bibliográfica, dialogando sobretudo com o pensamento de Das & Poole (2004). Tanto a Comunidade quanto o Acampamento estão localizados em territórios próximos um ao outro, às margens do rio São Francisco, no município de Pedras de Maria da Cruz, no Norte de Minas Gerais. Apesar das especificidades de cada território, enfrentam histórias e dilemas comuns na luta pela terra. A Comunidade é composta por pessoas que se auto identificam como pescadores e vazanteiros, e se dedicam à pesca artesanal e à agricultura realizada nas terras de vazante do São Francisco. Remetem sua ancestralidade a remanescentes de quilombos, como o Quilombo Alegre, e buscam atualmente o reconhecimento do direito ao seu território tradicional. O Acampamento é resultado da ocupação da Fazenda Arapuim, efetuada a partir de 2015 por ex-funcionários de duas empresas, antigos posseiros e integrantes do MST. As empresas em questão atuaram entre 1970 e 1990 na Fazenda Arapuim, desenvolvendo negócios agropecuários, mas abandonaram as atividades em função de débitos fiscais. Em 2015, uma das empresas ajuizou uma ação de reintegração de posse, com o intuito de reaver a posse da antiga Fazenda Arapuim. Um ano depois, outro processo foi protocolado por uma herdeira de imóvel inserido no conflito. Ambas as ações ainda não foram sentenciadas, mas, no caso da primeira, já provocou a concessão de uma ordem liminar de reintegração de posse. Em nossas análises, compreendemos que o contexto estudado compõe o que é frequentemente referenciado como margens do Estado, seja pela inércia dos procedimentos de regularização fundiária e de reforma agrária requeridos pela Associação que representa os moradores da Comunidade e do Acampamento; ou por força da violência simbólica e material vivenciada há muitas décadas no conflito, inclusive por meio de legitimações do Judiciário. No entanto, longe de ratificarmos uma noção contratualista e especializada das margens, gostaríamos de evidenciar as maneiras pelas quais os sujeitos estudados experienciam o

reconhecimento de direitos e o acesso à justiça, percebendo que muitas vezes o Estado é representado por meio de dinâmicas sociopolíticas ambíguas e contraditórias, que transitam entre legalidade-dependência e extralegalidade-exclusão.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

